

MARCAS DA POLÍTICA EDUCACIONAL DE PERNAMBUCO NAS GESTÕES DE SILKE WEBER: 1987-1990 E 1995-1998

Vestiges of educational policy in Pernambuco under the management of Silke Weber: 1987-1990 and 1995-1998

Zélia Granja Porto¹

Diante do escopo desta mesa, gostaria de dizer da minha emoção e alegria, da importância de rememorar algumas marcas, e da gestão de Silke Weber como Secretária de Educação no Governo Arraes (1987-1990 e 1995-1998), com a intensidade que merecem ser narradas, como uma “experiência de memória”, na perspectiva colocada por Walter Benjamin: “Contar histórias sempre foi a arte de contá-las de novo, e ela se perde quando as histórias não são mais conservadas. Ela se perde porque ninguém mais fia ou tece enquanto ouve a história.” (BENJAMIN, 1986, p. 205). Isso porque ao se rememorar, novas significações e novos sentidos serão construídos, criticados, renovados, atualizados, permitindo às novas gerações compreender, compartilhar e ressignificar os processos históricos. No caso particular da homenageada, trata-se das lutas que travou por uma educação pública de qualidade. Esse é o sentido da Celebração de hoje.



¹ Professora Aposentada da UFPE/Centro de Educação.

Procurei, dessa forma, fazer um recorte da gestão liderada por Silke Weber como Secretária de Educação de Pernambuco (1987-1990 e 1995-1998), cujas marcas levaram Pernambuco a exercer grande protagonismo no campo das políticas educacionais em termos locais e nacional. Nesse sentido, destaco as marcas relevantes da sua gestão: educação de qualidade como um direito social básico e dever do Estado; democratização como paradigma de gestão; dignificação do educador como condição para universalizar com qualidade, a Educação Básica; a Educação de Jovens e Adultos como dimensão educativa, para além da alfabetização.

1. EDUCAÇÃO DE QUALIDADE COMO UM DIREITO SOCIAL BÁSICO E DEVER DO ESTADO

O princípio da educação de qualidade foi fundante e esteve no cerne da política educacional de Pernambuco nas duas gestões lideradas por Silke Weber, remetendo aos caminhos traçados no contexto das lutas históricas travadas no país em prol da superação das desigualdades educacionais e da afirmação da democracia como expressão da vontade do povo. A concepção de educação de qualidade como direito social básico e dever do Estado, aliás, seria consagrada como princípio constitucional em 1988, quando o país deu finalmente um passo decisivo para a concretização da visão, fecunda e atualizada, defendida em 1932 pelo Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, o qual afirmava com convicção que “a educação não se constitui privilégio determinado pela condição econômica e social do indivíduo [...]”.

Com efeito, desde meados da década de 1970, no auge do regime militar, uma intensa mobilização em torno da defesa da democratização do acesso à educação de qualidade na educação básica e na educação superior nutria as discussões sobre o lugar da educação na construção de uma sociedade democrática pautada pelo reconhecimento e efetiva de direitos humanos. Foi nesse complexo e tenso debate social, portanto, que a educação escolar se impôs como prioridade de ação governamental nas diversas instâncias da federação, concretizada em cada uma delas com marcas próprias engendradas pela sua história e sua conjuntura.

No que diz respeito a Pernambuco, o princípio da educação como direito de todos com qualidade encontrou expressão na política educacional dos dois períodos da gestão educacional aqui mencionada. Para Silke (1995), “A qualidade da Educação constitui processo multifacetado

que envolve, simultaneamente, aluno, professor, conhecimento, família, qualidade da escola, sociedade e governo”. Sendo assim, educação como direito de todos e qualidade da educação

[...] implica compreender a escola como bem público, lugar de organização e exposição a múltiplas formas de pensamento, de enriquecimento cultural e sistematização dos conhecimentos disponíveis construídos historicamente, dotada de dinâmica própria, um lugar de organização e exposição a múltiplas formas de pensamento, enriquecimento cultural e sistematização dos conhecimentos disponíveis construídos historicamente pela humanidade (WEBER, 1995, p. 04)

A quadrinha elaborada por Graça Oliveira em 1987 (Sic), quando no âmbito de Colegiado de Direção da Secretaria de Educação se discutia o programa para ensino fundamental de qualidade, parece ilustrativa do teor daquele enfoque:

Pobre Menino feliz
De pés descalços
Que brincas solto pelas terras de Pernambuco:
Por que querem te aprisionar em uma escola?
- É porque a doutora Silke disse que é lá que as classes populares terão
“acesso ao saber sistematizado historicamente produzido pela
humanidade. “

2. DEMOCRATIZAÇÃO COMO PARADIGMA DE GESTÃO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Reafirmando o papel da sociedade civil e política na mobilização da sociedade em torno de temas que vinham pontuando o debate nacional ao longo das últimas décadas, particularmente com o início do período de redemocratização nos anos 1980, implantava-se progressivamente no país modelos de gestão democrática que buscavam romper com a postura técnica burocrática dominante no período do regime autoritário. Por meio da construção de uma convergência possível, políticas de governo, não obstante dependerem da vontade política da autoridade que as executava e lhes dava a direção, e de representarem determinadas forças políticas de um momento histórico, passaram a ser políticas da sociedade e, portanto, políticas de Estado (WEBER, 1993).

No cenário da educação de Pernambuco, a democratização da gestão ganhou visibilidade com a adoção de um paradigma colegiado de gestão (1987-1990 e 1995-1998), perfilando um

modo de conduzir a estrutura educacional estadual como uma administração “[...] capaz de correr riscos de maneira coletiva, de se expor a críticas e a divergências, mas, sobretudo, capaz de consolidar formas solidárias e cooperativas de trabalho” (PERNAMBUCO, 1988, p.40).

Dentre vários meios mobilizados com esse propósito – Colegiado de Direção, Colegiado Ampliado de Direção, Colegiado de Diretorias, Conselhos Escolares, Comissões Interinstitucionais² -, a organização de *Fóruns Itinerantes de Educação* como espaços coletivos voltados para definição, acompanhamento e avaliação da política educacional local, seguramente desempenhou um papel relevante na materialização da gestão democrática.

Estruturados em sessões plenárias abertas, em reuniões temáticas, seminários e debates³, os Fóruns Itinerantes de Educação, de periodicidade semestral, foram realizados em todo estado ao longo de dois períodos de governo (não consecutivos) nas sedes dos 17 (dezessete) Departamentos Regionais de Educação do Estado (DERE)⁴. Sob a coordenação do colegiado de diretores da Secretaria de Educação, contaram com a presença ativa dos gestores locais de educação (das esferas públicas estadual e municipal), de lideranças dos governos municipais, de estudantes, professores e sociedade locais.⁵ Com a participação e a adesão dos atores sociais em todos os momentos instalou-se o diálogo por meio de estratégias negociadas, condição para que as políticas educacionais obtivessem legitimidade. Como afirma Freire,

Ninguém vive plenamente a democracia nem tampouco a ajuda a crescer, primeiro, se é interdito no seu direito de falar, de ter voz, de fazer o seu discurso crítico; segundo, se não se engaja, de uma ou outra forma, na briga em defesa deste direito, que, no fundo, é o direito também a atuar. (FREIRE, 1993, p. 88).

Caminhando no sentido da construção de responsabilidade compartilhada entre os poderes públicos nos assuntos pertinentes à qualidade da educação, vários canais de cooperação foram impulsionados a exemplo do *Programa de Cooperação Estado-Municípios* como estratégia

² Um total de 17 Comissões das quais participavam distintas representações governamentais e da sociedade civil, a exemplo da Comissão de Educação de Jovens e Adultos, Comissão de Informática na Educação, Comissão de .

³ O I Fórum Itinerante de Educação (maio/junho 1987), ocorrido no governo Miguel Arraes (1987/1990), se constituiu ferramenta para o planejamento educacional desencadeando o processo de formulação do Plano Estadual de Educação do período 1988/1991. Os mesmos foram retomados no governo estadual Arraes (1995/1998) consolidando-se em referência de novo padrão de planejamento e como canal de interlocução com a sociedade política e a sociedade civil.

⁴ Atualmente denominados de Gerências Regionais de Educação (GRE).

⁵ Relatório de Gestão da Secretaria de Educação de Pernambuco, 1998.

compartilhada de gestão e de descentralização, na qual a UNIDIME (União dos Dirigentes Municipais) exerceu papel importante no desenvolvimento de um trabalho de corresponsabilidade pactuado entre as duas esferas públicas, em especial, na implantação do *Regime de Colaboração*⁶. A missão precípua dessa colaboração consistiu na definição pactuada de metas de expansão e ordenamento das respectivas redes, mediante a divisão de responsabilidade constitucional de cada esfera federativa, respeitada as especificidades, o padrão de qualidade e as possibilidades locais, na perspectiva de propiciar a racionalização do uso dos espaços escolares públicos no tocante à oferta de vagas para os diversos níveis de ensino. Tal colaboração se estenderia ao *Projeto de Formação Continuada dos Professores*. Como diz Oliveira (2006), era necessário um diálogo com os municípios para “[...] construir parcerias fundadas na corresponsabilidade, na divisão de encargos e na unidade de ação evitando a dispersão de esforços e o paralelismo de iniciativas”⁷.

3. A DIGNIFICAÇÃO DO EDUCADOR, CONDIÇÃO PARA UNIVERSALIZAR A EDUCAÇÃO BÁSICA

Como já salientado, sob as marcas próprias de cada conjuntura política, econômica e cultural às quais se vinculavam, propostas de política educacional foram se materializando, e na medida em que obtiveram amplo consenso social foram acolhidas como políticas de Estado. Tais políticas, em termos de continuidade, descontinuidade ou continuidade descontínua, devido a períodos de alternância do poder governamental ou mesmo em gestões subsequentes (OLIVEIRA, 2006)⁸ foram forjando diretrizes, definindo tônicas e prioridades da política educacional na perspectiva de construção de patamares cada vez mais elevados para a educação de qualidade social como um direito.

Um recorte temporal em relação à política de educação adotada em Pernambuco, nos dois períodos de governo citados aqui, demonstra a reafirmação da dignificação do educador –

⁶ As distintas configurações e focos do Regime de Colaboração em Pernambuco incluíram: transferência progressiva dos encargos do Ensino Fundamental para os municípios (1975-1986 e 1991-1994); conjugação de competências e criação de uma rede pública única (1987-1990 e 1995-1998); aceleração da transferência de encargos (1999-2001). (Oliveira, 2006).

⁷ A LDB estabelece que, gradativamente, os municípios serão os responsáveis pela educação infantil e por todo o ensino fundamental. Na prática eles estão atendendo aos anos iniciais e os estados os anos finais.

⁸ Para a autora, a percepção de continuidade pode ser aparente mesmo quando se trate de propostas de um mesmo grupo político. Programas e seus conteúdos podem ser retomados, recontextualizados e reinterpretados, e adquirirem novos efeitos de sentido. A estes processos na construção das políticas públicas, denomina-se continuidades descontínuas.

entendida como formação e valorização profissional, condições de trabalho e salário condigno – como tônica da política educacional.

Para materializar tal política, sob a liderança de Silke, a Secretaria buscou fortalecer o vínculo com as instituições universitárias⁹ para garantir a oferta de vagas em cursos de especialização *lato sensu*, em diversas áreas de conhecimento, visando a formação continuada de professores da rede pública. Além disso, implantou uma série de outras ações de formação continuada consubstanciadas: (a) na criação de oportunidades de participação de docentes em congressos e eventos de natureza científica; b) na oferta de estágios avançados em instituições universitárias públicas de outros estados (UFMG; PUC-RJ; UFRGS; USP e PUC-SP), visando promover a circulação e intercâmbio de professores para o aperfeiçoamento de sua prática docente; c) na criação ou adesão a projetos importantes como o *Pró Ciências* – patrocinado pela CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), FACEPE (Fundação de Amparo a Ciência e Tecnologia do Estado de Pernambuco), SCTMA (Secretaria de Ciência e Tecnologia), e SEE (Secretaria de Educação), bem como instituições de ensino superior locais como a UFPE, UFRPE, UPE –, direcionado à formação continuada de professores do Ensino Médio das escolas públicas, notadamente nas áreas de Matemática, Biologia, Física e Química; d) na garantia da participação de professores nos Projetos *Pró Matemática* e *Pró Leitura*, em cooperação técnica Brasil/França e UFPE; e) no *Programa de Capacitação em Rede*, formulado pela Secretaria de Educação baseado na utilização de vídeos-textos, debates e vídeos-conferências¹⁰, de edição semestral, envolvendo, simultaneamente, 28 mil professores estaduais e 8 mil professores municipais, voltado para promover a atualização e criação de referências comuns, nas diversas áreas do currículo e da organização escolar (PERNAMBUCO, 1998).

O *Projeto de Formação Continuada e em Serviço* se desdobrou nas escolas com conteúdo formativo, cuja tônica repousou na reflexão sistemática da prática pedagógica, um processo de ação/reflexão/ação que relacionava teoria e prática, abordagem defendida por Freire (2003) para quem a reflexão é o movimento entre o fazer e o pensar. Ou seja, a reflexão surge da curiosidade

⁹ Mediante o estabelecimento de convênios.

¹⁰ A recepção organizada em Escolas-Núcleo era realizada mediante procedimentos metodológicos de análise interpretativa do conteúdo discursivo do palestrante, recortado pelo orientador do grupo em episódios sequenciados, nos quais se ressaltava conceitos a serem aprofundados. Os vídeos eram pré-gravados no estúdio da TV Pernambuco e um sistema de gravação e distribuição de cópias dos vídeos permitia que eles chegassem a todas as Escolas- Núcleo onde ocorriam as Capacitações em Rede.

sobre a prática. A prática docente crítica “[...] envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer.” (p.42) Essa modalidade de formação se deu sob a coordenação do *Educador de Apoio*, denominação adotada pela secretaria estadual de educação (1987/1990), que ressignificou a antiga função fiscalista do Supervisor Pedagógico.

Em síntese, a política de dignificação do educador envolveu o estímulo à sua profissionalização e nesse sentido, foi instituído o Plano de Cargos e Carreira¹¹, a jornada mínima para todos os professores de todas as etapas e modalidades de ensino, a atribuição de horas-atividade e a garantia de ascensão progressiva nas faixas salariais de acordo com a obtenção de titulação de nível superior e de pós-graduação *lato* e *stricto sensu*. Foram adotadas medidas administrativas para garantir o recrutamento de professores mediante concurso público, e para localizar os professores nas escolas segundo a sua área de habilitação e concentrar suas atividades em escolas próximas. Atividades formativas realizadas no período da jornada de trabalho passaram a ser contabilizadas como horas atividade¹² e participações em eventos científicos passaram a ser apoiados com Bolsa Capacitação¹³.

Merecem destaque os *Centros de Capacitação em Educação Infantil*¹⁴, institucionalizados como ambientes formadores e de acompanhamento da política de educação infantil. Tais centros resgataram a função pedagógica da educação pré-escolar, desinvestindo-a do caráter assistencialista e compensatória e redefinindo o seu papel social ao garantir às crianças de camadas populares o acesso, desde cedo, a instrumentos necessários à apropriação do conhecimento, condição indispensável à formação e ao exercício da cidadania.

4. A DIMENSÃO EDUCATIVA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS PARA ALÉM DA ALFABETIZAÇÃO

Em que pese os esforços envidados em termos nacionais para o reconhecimento da dívida social à escolaridade de jovens e adultos que não tiveram acesso ou não puderam dar continuidade aos estudos em idade própria, e não obstante o decréscimo das taxas de

¹¹ Lei no 10.335, de 16 de outubro de 1989.

¹² Correspondentes a 1/3 da carga horária para atividades de planejamento e formação.

¹³ Para custeio de deslocamentos e hospedagem.

¹⁴ Os três primeiros Centros de Capacitação em Educação Infantil (Centro de Educação Bernard Van Leer, Ana Rosa Falcão e 14 Bis) foram criados no período 1987-1990 na gestão do Governo Arraes e tiveram papel importante na implantação e acompanhamento da política de educação pré-escolar para o Estado de Pernambuco. Houve momentos de expansão e interiorização. Atualmente foram incorporados aos municípios como escolas regulares de atendimento à educação pré-escolar.

analfabetismo, Pernambuco exibia, naquele período, um índice considerável de não alfabetizados, cujo montante chegava a mais de um milhão e quatrocentos mil de indivíduos. Diante desse quadro, a alfabetização de jovens e adultos foi tomada como prioridade, em uma perspectiva não restrita à alfabetização, conforme anotou Silke:

[...] a formulação de políticas de jovens e adultos vinculadas a projetos de desenvolvimento econômico e social, dada a observação da persistência do aprendizado da leitura e da escrita entre jovens e adultos, devem antever a possibilidade de progredir na escolaridade e de relacioná-la ao que fazem cotidianamente (WEBER, 2022, p. 84).

Nos períodos de gestão aqui citados, a Secretaria de Educação de Pernambuco resgatou a proposta de Círculo de Cultura do MCP (Movimento de Cultura Popular), trazendo para o seu interior o debate de questões centrais de cidadania e do mundo do trabalho, no formato denominando de *Círculo de Educação e Cultura*, inspirado no pensamento pedagógico e político de Paulo Freire.

Organizado de forma a assegurar a aprendizagem crescente de jovens e adultos, de propiciar a consolidação de processos de alfabetização, letramento e elevação de escolaridade bem como o acesso a tecnologias contemporâneas e à exposição periódica a bens culturais, os Círculos de Educação e Cultura passaram a fazer parte dos programas governamentais estruturadores – fortalecimento de unidades produtoras de açúcar, eletrificação rural, construção de cisternas, poços, barragens – desenvolvidos na Zona da Mata, na Região do Agreste e no Sertão (PORTO; CARVALHO, 1998).

5. CÍRCULOS DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM TODO ESTADO (1995/1998)

Implantados mais de cinco mil Círculos de Educação e Cultura, atendendo mais de 149 mil jovens e adultos, o Programa contou com o apoio das prefeituras, empresas privadas, entidades civis, faculdades e ONGs. Na Zona da Mata, Agreste e Sertão, por exemplo, no âmbito do *Programa de Qualificação dos Trabalhadores do Setor Sucroalcooleiro* – PROMATA – foram implantados um mil círculos, para atender a 30 mil jovens e adultos; no Programa Capacitação e Difusão de Tecnologia de Manejo e Cultivo da Cana de Açúcar, foram implantados 120 Círculos, com atendimento de a 3 mil pequenos produtores, numa ação conjunta com a EMATER –

Secretaria de Agricultura e Associação de Pequenos Produtores. No *Programa Convivendo com o Semiárido* foram implantados 3 mil Círculos para atender a 90 mil adultos e no *Programa Comunidade Solidária*, em articulação com a Secretaria de Trabalho e Ação Social e da Agricultura, foram implantados mais de mil Círculos para 26.500 jovens e adultos.

A influência do pensamento de Paulo Freire conforme salientou Silke, transcendeu a educação de jovens e adultos, tornando-se presente em outras dimensões da política educacional de Pernambuco.

Em ambos os períodos da nossa gestão de na Secretaria de Educação de Pernambuco houve influência de Paulo Freire: nas formas de gestão, que privilegiavam a ação colegiada em todas as instâncias da Secretaria; na participação da sociedade na formulação de políticas educacionais; na formulação das propostas pedagógicas submetidas a debate, referenciadas na realidade vivida. (WEBER, 2022, p.81)

Ela reconhece que foi enriquecedor para os educadores e gestores da Secretaria o diálogo estabelecido em torno da educação de jovens e adultos e de políticas educacionais com Paulo Freire, durante o período em que atuou como assessor. É por meio deste tipo de recorte que vozes, de educadoras e educadores que continuam na luta por uma educação pública de qualidade, são repetidas do Sertão ao Cais: “A educação em Pernambuco é considerada antes e depois de Silke.”

Por eu ter participado da construção de uma proposta político-educacional inegavelmente inovadora, revolucionária, desafiadora, eu acrescentaria: nunca se estudou tanto em Pernambuco (no horário da jornada de trabalho) e nunca se adquiriu tantos livros. Como dizia o livreiro Tarcísio: “Esta “Livro Sete” nunca vendeu tantos livros como agora!” (Sic).

Nas duas gestões de Silke, discutia-se, estudava-se, contestava-se, reinventava-se: Paulo Freire; Jean Piaget; Emília Ferreiro; Lev Vygotsky, Alexander Luria, Alexei Leontiev, Lúcia Browne, Terezinha Nunes, Maurício Figueiredo, Paulo Figueiredo, Flávio Brayner, David Carraher, Analúcia Schliemann, José Batista Neto, Luciano Meira, Jussara Hoffmann, Miguel Arroyo, Ariano Suassuna, entre outros. Os muros das escolas já não impediam que a sociedade ali estivesse.

Ao concluir a sua última gestão, Silke externou ao sucessor da pasta de Educação¹⁵:

[...] a equipe que concluiu a sua tarefa tem a consciência de ter-se esforçado para realizar tudo o que estava a seu alcance para que Pernambuco possa generalizar uma escola competente, flexível, ágil, pautada pela curiosidade de entender a complexidade do mundo e pela disposição de vincular o conhecimento científico e tecnológico à vivência cultural, a relacionar o local, o regional ao nacional e ao universal.

Concluo minha fala com um pensamento de Bertolt Brecht:

OS QUE LUTAM

Há aqueles que lutam um dia; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam muitos dias; e por isso são muito bons;
Há aqueles que lutam anos; e são melhores ainda;
Porém há aqueles que lutam toda a vida; esses são os imprescindíveis.

Enfim, só tenho a dizer: Silke, “Dez estrelado!” E muito obrigada pela oportunidade de ter vivido esta rica experiência pessoal e de enriquecimento profissional.

Referências bibliográficas:

BRASIL. Lei No 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf
Acesso em: 15.agosto.2023.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras Escolhidas, vol. I. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FREIRE, Paulo. *Professora sim tia não: cartas a quem ousa ensinar*. 2. ed. São Paulo: Olho d'Água, 1993.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 28. ed. São

¹⁵ Citação extraída do Relatório de Gestão, 1998.

Paulo: Paz e Terra, 2003.

OLIVEIRA, Maria das Graças Corrêa de. Política de Educação do Governo Miguel Arraes de Alencar: 1987–1991. In: OLIVEIRA, Maria das Graças Corrêa de (Org.). *Continuidades e descontinuidades das políticas de Educação Básica: o caso de Pernambuco*. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, p. 263-286.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. *Plano Estadual de Educação 1996/1999*. Recife, 1996.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. *Plano Estadual de Educação: 1988-1991*. Recife: Inojosa, 1988.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação. Diretoria de Educação Escolar. *O que é capacitação em rede?* Recife, 1998.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Esportes. *Política de Ensino e de Escolarização Básica*. Recife, 1998.

PORTO, Zélia Granja; CARVALHO, Rosângela Tenório de. Círculos de Educação e Cultura – uma alternativa para a Educação de Jovens e adultos. *Anais do Encontro Estadual de Educação de Jovens e Adultos*. Paulo Freire em Maio. Recife, 1998.

PORTO, Zélia Granja. Processo de profissionalização docente no Brasil: tensões e desafios. *História de la Educación*, v. 33, p. 149-163, 2014.

WEBER, Silke. Democratização e descentralização: políticas e práticas. *Revista Brasileira de Administração Escolar*. v. 9, n.2, p. 9-26, jul/dez. 1993.

WEBER, Silke. Discurso e profissionalização docente no Brasil. *Anais, Simpósio Internacional Métodos Qualitativos nas Ciências Sociais e na Prática Social*, 13 a 15 de novembro, 2006.

WEBER, Silke. A qualidade da escola pública. Suplemento de Educação. *Diário Oficial do Estado de Pernambuco*, nº 01. maio, 1995.

WEBER, Silke. O Plano Nacional de Educação e a valorização docente: confluência do debate nacional. *Cadernos CEDES (UNICAMP) Impresso*, v. 35, p. 495-515, 2015.

WEBER, Silke. Qualidade da educação: um debate que se atualiza. In: Janete Maria Lins de Azevedo; Marcia Ângela da S. Aguiar. (Org.). *Qualidade Social da Educação e Educação Básica*. 1ed. Camaragibe - PE: CCS Gráfica Editora Com e Rep. Ltda., 2016, v. 1, p. 15-32.

WEBER, Silke. Entrevista [Entrevista concedida a] José Batista Neto. *Estudos Universitários: revista de cultura, linguagem e democracia: desafios contemporâneos*, UFPE/Proexc, Recife, v. 39, n. 1, p. 69-100, jan./jun., 2022.